

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Edital 41/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2025	153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	ELIZANGELA LUCIA SOARES	05/05/2026 15:00 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23076.085915/2024-08

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90.010/2026

CONTRATANTE (UASG)

153080

OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição de **Materiais Hidráulicos**, esses serão necessários à execução dos serviços de manutenção desta SINFRA nos diversos prédios da UFPE Campus Recife.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 83.024,00 (oitenta e três mil e vinte e quatro reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

(Processo Administrativo nº 23076.085915/2024-08)

Torna-se público que a Universidade Federal de Pernambuco, por meio do(a) Pró - Reitoria de Administração , sediada(o) na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife,

PE, CEP 50670-901 , realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **Materiais Hidráulicos**, esses serão necessários à execução dos serviços de manutenção desta SINFRA nos diversos prédios da UFPE Campus Recife, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme Anexo I constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador , bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A licitação é para participação exclusiva de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme dispõe o art. 48, inciso I, da LC no 123/2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. sociedades cooperativas;

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c /c art. 136, I, da Lei nº14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546,de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,0 % (um por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1. empresas brasileiras;

7.19.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou por e-mail - **pregoeiros@ufpe.br**, pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicafe;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à

adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.12. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no **mínimo duas horas** para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12.1. O prazo para envio da proposta de até **02 (duas) horas**, pode ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pelo licitante e aceito pelo agente de contratação.

8.12.2. O envio das propostas e de solicitação de prorrogação de prazo deve ser enviado exclusivamente pelo sistema.

8.12.3. A solicitação de prorrogação de prazo deve ser realizada dentro do prazo previsto para envio da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante dentro do prazo inicialmente previsto.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **DUAS HORAS**, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo

prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.ufpe.br/proad/licitacoes>, selecionando o processo SIPAC nº **23076.085915/2024-08** .

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar ~~o contrato ou~~ a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail - **pregoeiros@ufpe.br**, ao pregoeiro destinado para conduzir a abertura deste pregão, indicando-se como assunto a modalidade e o número da licitação (**PREGÃO Nº 90.010/2026**)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico da **UFPE**: **<https://www.ufpe.br/proad>**, clicando no nº do processo SIPAC: **23076.085915/2024-08**, na coluna correspondente.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Recife, 30 de Abril de 2026.

Vanessa Marinho dos Santos

Coordenadora de Licitações

SIAPE 1855055

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZANGELA LUCIA SOARES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 15:00:38.



Emitido em 05/05/2026

EDITAL LICITATORIO Nº 21/2026 - CL-PROAD (12.69.10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/05/2026 15:13)

ELIZANGELA LUCIA SOARES

TECNICO EM CONTABILIDADE

CL-PROAD (12.69.10)

Matrícula: ###275#6

(Assinado digitalmente em 05/05/2026 15:18)

VANESSA MARINHO DOS SANTOS

COORDENADOR

CL-PROAD (12.69.10)

Matrícula: ###550#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **21**, ano: **2026**, tipo:
EDITAL LICITATORIO, data de emissão: **05/05/2026** e o código de verificação: **5d26503c04**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata de Registro de Preços 21/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2025	153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	ELIZANGELA LUCIA SOARES	30/04/2026 13:17 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23076.085915/2024-08

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

Processo Administrativo nº 23076.085915/2024-08

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Universidade Federal de Pernambuco, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representado(a) pelo(a) Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 10 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1 de 11 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, considerando o julgamento da, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de Materiais Hidráulicos, esses serão necessários à execução dos serviços de manutenção desta SINFRA nos diversos prédios da UFPE Campus Recife, especificado(s) no anexo I do Termo de Referência, anexo II do *edital de licitação* n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
	Especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a) **Universidade Federal de Pernambuco (UASG - 153080)**.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1. Prefeitura da Cidade Universitária da UFPE (UASG: 153095).

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de __/__/__, primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata

de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>						
	Especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>						
	Especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZANGELA LUCIA SOARES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 13:17:37.



Emitido em 05/05/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 259/2026 - CL-PROAD (12.69.10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/05/2026 15:13)

ELIZANGELA LUCIA SOARES

TECNICO EM CONTABILIDADE

CL-PROAD (12.69.10)

Matrícula: ###275#6

(Assinado digitalmente em 05/05/2026 15:18)

VANESSA MARINHO DOS SANTOS

COORDENADOR

CL-PROAD (12.69.10)

Matrícula: ###550#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **259**, ano: **2026**, tipo: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)**, data de emissão: **05/05/2026** e o código de verificação: **9d911bb6ea**

PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE

Termo de Referência 34/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	153095-PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE	CHRISTINA CARVALHO DE BRITO	17/04/2026 15:35 (v 0.12)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	19/2025	23076.085915/2024-08

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registrar preço, através da modalidade pregão eletrônico, pelo critério de menor preço por item, para aquisição de Materiais Hidráulicos, esses serão necessários à execução dos serviços de manutenção desta SINFRA nos diversos prédios da UFPE Campus Recife. A demanda se faz necessária em caráter de urgência, visto que, boa parte dos materiais solicitados não se encontram disponíveis no estoque do almoxarifado desta SINFRA para que se possa atender às solicitações feitas via SIPAC pelos administradores de Centros e assim executar os serviços de manutenção e conservação predial, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

a. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e do órgão participante e totais estão dispostas no ANEXO I.

b. Órgão Participante: Prefeitura da Cidade Universitária da UFPE (UASG: 153095)

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O descritivo dos itens consta no Anexo I deste Termo de Referência. Os licitantes devem atentar para a descrição detalhada do item presente no referido anexo, esta deve prevalecer sobre o descritivo padrão do CATMAT em caso de divergência.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. A licitação é para participação exclusiva de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme dispõe o art. 48, inciso I, da LC no 123/2006.

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preço é de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7. A Ata de Registro de Preço - ARP oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

1.9. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação admitirá adesão, nos termos previstos no modelo de ata, anexo ao edital.

1.9.1. Entende-se que, com a permissão de adesão, as unidades da Administração Pública que necessitem dos materiais registrados em ata possam realizar suas aquisições com um menor custo processual. Observa-se, contudo, que cada órgão interessado deverá avaliar, justificar e comprovar a devida vantajosidade da aquisição através do processo de adesão.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000003/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 13/05/2024;

III) Id do item no PCA: 621 a 698;

IV) Identificador da Futura Contratação:153095-19/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não deve ser permitida a participação de:

4.1.1. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso XXII do artigo 6 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.2. Empresa que não tenha sede no País;

4.1.3. Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101 /2005), em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.1.4. Empresa temporariamente suspensa de participar com a União e com a UFPE, com fundamento no § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, que ainda não tenham logrado reabilitação;

4.1.5. Sociedade Cooperativa;

4.1.6. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. As unidades ou formas de apresentação dos materiais, as especificações dos produtos, bem como os seus respectivos quantitativos, estão detalhados no Anexo I.

4.3. O material entregue no almoxarifado deverá ser novo e de primeiro uso.

4.4. Faz-se necessário atender as especificações do INMETRO E NBRs.

4.5. O material (tubos de pvc) deve ser, preferencialmente, acondicionado em pilhas com, no máximo, 1,8 metros de altura, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.6. Os demais devem ser acondicionados em local próprio (estantes de ferro, estrados de madeira, etc) seco e arejado e ao abrigo do sol e de intempéries, de modo a garantir a durabilidade e as características físicas estabelecidas em NBR própria de estocagem bem como recomendações do fabricante.

4.7. Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

4.8. Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente, ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999).

4.9. O prazo de garantia/ validade deverá ser o mínimo fornecido pelo fabricante/fornecedor.

4.10. Mesmo após o recebimento definitivo dos materiais, a empresa poderá ser acionada para troca do mesmo, caso sejam detectados defeitos inerentes à qualidade e desempenho do material e que não puderam ser constatados no recebimento técnico do mesmo, já que há defeitos que só podem ser vistos em plenitude com o material em operação continuada.

Sustentabilidade

4.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os apresentados no item 14 do Estudo Técnico Preliminar, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência

4.14. Conforme RESOLUÇÃO CICS/MGI Nº 8, DE 31 DE MARÇO DE 2025, os itens especificados no anexo deste instrumento não serão objeto de aplicação de margens de preferência normal e adicional.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados após a notificação do empenho ao fornecedor no endereço indicado no edital, dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme especificações técnicas.

5.2. O objeto da contratação possui elementos técnicos e econômicos que condizem com o seu parcelamento. Considerando as características dos materiais a serem contratados e o sistema pelo qual se dará o processo (SRP), poderá haver parcelamento na execução, tendo em vista que as emissões de empenho se darão conforme disponibilidade de recursos orçamentários até que a demanda seja atendida em sua totalidade.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço abaixo, compreendendo entre 8h00min às 12h00min e 14h00min às 16h30min de dias úteis e funcionamento normal da repartição:

Campus Recife da UFPE/Prefeitura da Cidade Universitária da UFPE – Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901. Almoxarifado da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), FONE: (81) 2126-8645.

5.4. O agendamento deverá ser realizado com antecedência de 72 horas da data da entrega através dos contatos indicados neste termo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia/ validade deverá ser o mínimo fornecido pelo fabricante/fornecedor.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Gestor da Ata

6.6. A gestão da Ata de Registro de Preços e dos empenhos será feita pela Gerência de Suprimentos, a qual é responsável pelo controle dos saldos e validade das Atas e empenhos, do cumprimento dos prazos de entrega, dimensionamento do quantitativo e espaço físico para acondicionamento dos materiais solicitados e controle do estoque dos itens.

6.7. Na UFPE, a gestão da ata de registro de preços será exercida pela servidora Janaína Vanessa Laurindo Afonso de Lima, siape 1731837, telefone 2126-8645, email gsupri.sinfra@ufpe.br.

6.8. O gestor substituto será a servidora Adriane Moreira Santos, SIAPE 2058585, telefone 2126- 8645, email gsupri.sinfra@ufpe.br.

6.9. São obrigações do gestor da ata: gerenciar processos de adesão por órgãos não participantes; gerir o quantitativo disponível na ARP; acompanhar o cumprimento das obrigações por parte do fornecedor; encaminhar comunicados e notificações ao fornecedor; autorizar a utilização da ata; atestar a nota fiscal; gerenciar a ata; conduzir

os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata.

6.10. Cabe ao gestor da ata:

6.10.1. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2 % (dois por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de poupança BACEN de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **03/09/2025**.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.31. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.32. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será conforme a necessidade da UFPE, de acordo como o for requisitado pelo gestor da ata.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. O critério de julgamento será menor preço por item.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 83.024,00 (oitenta e três mil e vinte e quatro reais), conforme custos unitários apostos em anexo II.

10.1.1. A pesquisa de preços para definir o valor máximo estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa no 65 de 2021, sendo composta pela Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado contida no Anexo II do ETP e Relatório da Pesquisa de Preços, autos do processo.

10.1.2. Foram utilizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I a IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65 de 2021. O memorial dessas cotações se mostra nos autos do processo.

10.1.3. Em atendimento ao Art. 6º da IN no 65/2021 informamos que se utilizou como metodologia a Média dos valores obtidos na pesquisa de preços (identificados no Anexo II - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado e nos autos do processo - Relatório da Pesquisa de Preços).

10.1.3.1. Devido às especificidades do material e após longo tempo dispendido em tentativas de obter cotação nos sistemas oficiais do governo, em mídia especializada e em pesquisa direta com fornecedores através de e-mail's (anexados nos autos do processo), para os itens 46 e 48, não foi possível obter um conjunto de três valores, sendo cotado apenas dois preços para os referidos materiais. Supõe-se que tal dificuldade na pesquisa ocorra, especialmente, pelo fato de se tratar de itens específicos e não vender em lojas comuns.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei no 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preço é de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. DO OBJETO

3.1. Aquisição de Materiais Hidráulicos necessários à execução dos serviços de manutenção da SINFRA nos diversos prédios da UFPE Campus Recife.

4. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados após a notificação do empenho ao fornecedor no endereço indicado no edital, dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme especificações técnicas.

5. DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

5.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME no 77, de 2022.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Contratante:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

6.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

6.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

7.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

7.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

7.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

7.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

7.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

7.1.9. Comunicar ao Gestor da Ata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

7.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

7.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

7.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

7.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;

7.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8. DAS SANÇÕES

8.1. As sanções são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOEL HELENO DE CASTRO
Superintendente de Infraestrutura

WANESSA FERNANDA COSTA SILVA
Diretora de Manutenção

EDUARDO BERNARDINO DOS SANTOS
Equipe Técnico

PAULA CRISTINA FRAGA LINS
Equipe de Apoio

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES

Coordenador Administrativo Financeiro

CHRISTINA CARVALHO DE BRITO

Membro Administrativo

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REF. AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23076.085915/2024-08)

Nos termos do *artigo 41, caput e § 2º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017*, **INDICO** os servidores elencados no item 6 deste TERMO DE REFERÊNCIA para exercerem as funções ali indicadas. Os servidores que substituirão os titulares, nas ocasiões previstas no *§ 1º do art. 42 da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017*, são os indicados acima para as respectivas funções, aos quais deverá ser dado ciência pelo setor demandante, responsável por sua indicação.

Isto posto, **APROVO**, como ordenador de despesa, este Termo de Referência, indicando como elementos técnicos fundamentais que o apoiam e necessários a orientar a elaboração do instrumento convocatório e a Ata de Registro de Preços, os anexos a seguir elencados:

- ANEXO I – Especificações, Quantitativos e Valores;
- ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO III – Modelo da Proposta;

Recife, 17 de abril de 2026.

MANOEL HELENO DE CASTRO
Superintendente de Infraestrutura
SIAPE 1748801

Autorizo,

ALFREDO MACEDO GOMES
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco
SIAPE 1171268



Emitido em 17/04/2026

TERMO DE REFERENCIA Nº 10/2026 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:50)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR

GR (11.01)

Matrícula: ###712#8

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:21)

CHRISTINA CARVALHO DE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###909#4

(Assinado digitalmente em 20/04/2026 15:34)

EDUARDO BERNARDINO DOS SANTOS

COORDENADOR

CI SINFRA (11.97.22)

Matrícula: ###658#6

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:10)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE

RODRIGUES

COORDENADOR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###773#0

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:49)

MANOEL HELENO DE CASTRO

SUPERINTENDENTE

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: ###488#1

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 11:51)

PAULA CRISTINA FRAGA LINS

ADMINISTRADOR

DS SINFRA (11.97.20)

Matrícula: ###074#5

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 14:51)

WANESSA FERNANDA COSTA SILVA

DIRETOR

DM-SINFRA (11.97.12)

Matrícula: ###545#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **10**, ano: **2026**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **17/04/2026** e o código de verificação: **444641a0c0**

Anexo I do TR - Especificações, Quantitativos e Valores							
Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade Prefeitura UFPE (UASG: 153095)	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 32 X 1"	333256	UNIDADE	54	54	R\$ 2,45	R\$ 132,30
2	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 50 X 1.1/2"	333257	UNIDADE	57	57	R\$ 4,50	R\$ 256,50
3	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 85 X 3",	236806	UNIDADE	15	15	R\$ 29,49	R\$ 442,35
4	ADAPTADOR PVC SOLD. LONGO C/ FLANGE DE 110 X 4"	281453	UNIDADE	3	3	R\$ 496,66	R\$ 1.489,98
5	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2", PARA AGUA FRIA	264086	UNIDADE	10	10	R\$ 14,19	R\$ 141,90
6	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	373919	UNIDADE	10	10	R\$ 30,81	R\$ 308,10
7	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	216495	UNIDADE	153	153	R\$ 13,93	R\$ 2.131,29
8	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	216492	UNIDADE	137	137	R\$ 1,70	R\$ 232,90
9	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	216493	UNIDADE	39	39	R\$ 1,44	R\$ 56,16
10	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	216494	UNIDADE	155	155	R\$ 3,32	R\$ 514,60
11	ANEL PARA VEDAÇÃO DE VASO SANITÁRIO, SEM GUIA, COMPOSIÇÃO: MASSA PRÉ-FORMADA ADESIVA, NÃO SECATIVA A BASE DE BORRACHA SINTÉTICA, ÓLEOS E CARGAS MINERAIS	367406	UNIDADE	108	108	R\$ 9,29	R\$ 1.003,32
12	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL 1 1/2" X 1"	243782	UNIDADE	10	10	R\$ 10,96	R\$ 109,60
13	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1 1/2"	242326	UNIDADE	10	10	R\$ 28,26	R\$ 282,60
14	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL LONGA DE 60X50 MM	389654	UNIDADE	10	10	R\$ 20,10	R\$ 201,00

15	BUCHA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 1 X 3/4"	297974	UNIDADE	10	10	R\$ 5,83	R\$ 58,30
16	BUCHA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 3/4 X 1/2	301938	UNIDADE	15	15	R\$ 1,54	R\$ 23,10
17	BUCHA INSTALAÇÃO PREDIAL ÁGUA FRIA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA DIÂMETRO NOMINAL 32 X 25, TIPO REDUÇÃO CURTA, TIPO EXTREIMIDADES BOLSA SOLDÁVEL	398687	UNIDADE	72	72	R\$ 1,29	R\$ 92,88
18	BUCHA PVC SOLD. CURTA DE 75 X 60MM	244920	UNIDADE	10	10	26,26	R\$ 262,60
19	TUBO EM AÇO CARBONO, GALVANIZADO A FOGO, 6 METROS, ROSCA TIPO BSP, BITOLA 1", QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5580	241980	UNIDADE	10	10	R\$ 217,78	R\$ 2.177,80
20	TUBULAÇÃO HIDRÁULICA, DIÂMETRO NOMINAL DE 2", MATERIAL AÇO GALVANIZADO - 6 METROS	265514	UNIDADE	5	5	R\$ 418,70	R\$ 2.093,50
21	CAP PVC ESGOTO DE 100MM	253386	UNIDADE	10	10	R\$ 7,43	R\$ 74,30
22	CAP PVC ROSCAVEL DE 1"	483198	UNIDADE	10	10	R\$ 8,89	R\$ 88,90
23	CAP PVC SOLD. DE 25MM	614903	UNIDADE	30	30	R\$ 1,49	R\$ 44,70
24	CAP PVC, ROSCAVEL, 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	295940	UNIDADE	30	30	R\$ 2,85	R\$ 85,50
25	CURVA FÊMEA GALV. 90° DE 1.1/2	365947	UNIDADE	10	10	R\$ 62,23	R\$ 622,30
26	CURVA PVC ESGOTO CURTA, 90 GRAUS, BITOLA 40MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	236993	UNIDADE	10	10	R\$ 4,21	R\$ 42,10
27	CURVA PVC SOLD. 90º DE 25MM	374260	UNIDADE	150	150	R\$ 3,35	R\$ 502,50
28	CURVA PVC SOLD. 90º DE 32MM	374268	UNIDADE	30	30	R\$ 6,03	R\$ 180,90
29	CURVA PVC SOLD. 90º DE 50MM	483211	UNIDADE	20	20	R\$ 12,95	R\$ 259,00
30	JOELHO PVC 45, SOLDÁVEL DE 50MM	452726	UNIDADE	15	15	R\$ 5,97	R\$ 89,55

31	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 32 MM	240421	UNIDADE	30	30	R\$ 2,52	R\$ 75,60
32	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 50MM	240420	UNIDADE	30	30	R\$ 4,43	R\$ 132,90
33	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 60MM	236681	UNIDADE	30	30	R\$ 20,19	R\$ 605,70
34	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	351452	UNIDADE	70	70	R\$ 6,55	R\$ 458,50
35	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	351450	UNIDADE	100	100	R\$ 55,36	R\$ 5.536,00
36	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	236706	UNIDADE	50	50	R\$ 4,45	R\$ 222,50
37	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	351458	UNIDADE	30	30	R\$ 54,01	R\$ 1.620,30
38	JOELHO 90 - CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, BITOLA 40. QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	258345	UNIDADE	105	105	R\$ 2,79	R\$ 292,95
39	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	351461	UNIDADE	100	100	R\$ 3,56	R\$ 356,00
40	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	351462	UNIDADE	20	20	R\$ 5,92	R\$ 118,40
41	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	351457	UNIDADE	100	100	R\$ 6,27	R\$ 627,00
42	JOELHO 45", PVC, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, BITOLA 25MM	236709	UNIDADE	100	100	R\$ 1,60	R\$ 160,00
43	JOELHO SOLD. 90° DE 25 X 1/2" AZUL COM BUCHA DE LATÃO.	407292	UNIDADE	100	100	R\$ 7,05	R\$ 705,00
44	JOELHO SOLD. 90° DE 40MM PARA ÁGUA FRIA	398760	UNIDADE	20	20	R\$ 6,11	R\$ 122,20
45	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 110MM	302809	UNIDADE	10	10	R\$ 50,47	R\$ 504,70
46	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 200MM	302846	UNIDADE	2	2	R\$ 625,00	R\$ 1.250,00

47	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 85MM	302806	UNIDADE	5	5	R\$ 24,84	R\$ 124,20
48	LUVA DE REDUÇÃO 200 MM X 110MM MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA	485504	UNIDADE	3	3	R\$ 565,00	R\$ 1.695,00
49	LUVA PVC DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL DE 60MM	265037	UNIDADE	10	10	R\$ 46,21	R\$ 462,10
50	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	318685	UNIDADE	50	50	R\$ 6,96	R\$ 348,00
51	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES DE 150MM	346193	UNIDADE	78	78	R\$ 30,12	R\$ 2.349,36
52	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	462550	UNIDADE	81	81	R\$ 2,84	R\$ 230,04
53	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES DE 75MM - NRB 5688	270496	UNIDADE	30	30	R\$ 5,47	R\$ 164,10
54	LUVA PVC ROSCAVEL DE 1.1/2"	486064	UNIDADE	10	10	R\$ 19,06	R\$ 190,60
55	LUVA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 1 X 3/4"	260869	UNIDADE	10	10	R\$ 9,68	R\$ 96,80
56	LUVA PVC DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL DE 25MM	407295	UNIDADE	120	120	R\$ 14,56	R\$ 1.747,20
57	LUVA DE CORRER, PVC SOLDÁVEL, 50MM	302632	UNIDADE	20	20	R\$ 34,60	R\$ 692,00
58	LUVA PVC SOLD. DE 40MM	293931	UNIDADE	20	20	R\$ 6,00	R\$ 120,00
59	LUVA PVC SOLD. DE 50MM	265031	UNIDADE	80	80	R\$ 5,80	R\$ 464,00
60	LUVA PVC SOLD. DE 60MM	265032	UNIDADE	10	10	R\$ 16,14	R\$ 161,40
61	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLD. REDUÇÃO DE 25 X 1/2"	242470	UNIDADE	20	20	R\$ 3,50	R\$ 70,00
62	LUVA PVC, SOLDÁVEL E COM BUCHA DE LATÃO 25 X 1/2	336923	UNIDADE	30	30	R\$ 5,64	R\$ 169,20

63	LUVA PVC, SOLDÁVEL E COM BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4	358240	UNIDADE	35	35	R\$ 9,90	R\$ 346,50
64	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO. DIÂMETRO 2"	353227	UNIDADE	5	5	R\$ 56,37	R\$ 281,85
65	NIPLE PARA TUBOS CANOS - ROSCÁVEL, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, DIÂMETRO 1", COMPRIMENTO TOTAL 53, DIÂMETRO ANEL 9, PESO 28, NORMAS TÉCNICAS NBR 5.648	214170	UNIDADE	15	15	R\$ 7,63	R\$ 114,45
66	NIPLE, CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FIXAÇÃO ROSCÁVEL, APLICAÇÃO INSTALAÇÕES PREDIAIS ÁGUA FRIA, BITOLA 1/2. QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	420009	UNIDADE	10	10	R\$ 2,00	R\$ 20,00
67	NIPLE PVC ROSCAVEL DE 3/4	214169	UNIDADE	10	10	R\$ 3,62	R\$ 36,20
68	TE PVC SOLD. DE 32 X 25MM	453306	UNIDADE	10	10	R\$ 5,61	R\$ 56,10
69	TUBO PLÁSTICO, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA, CLASSE 15. DIÂMETRO 110MM VARA DE 6 METROS.	245215	UNIDADE	10	10	R\$ 570,90	R\$ 5.709,00
70	TUBO PLÁSTICO, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA, CLASSE 15. DIÂMETRO 85MM VARA DE 6 METROS, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	242719	UNIDADE	10	10	R\$ 393,41	R\$ 3.934,10
71	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 40MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	233970	UNIDADE	21	21	R\$ 42,08	R\$ 883,68
72	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688"	233971	UNIDADE	25	25	R\$ 55,31	R\$ 1.382,75
73	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	621670	UNIDADE	11	11	R\$ 104,34	R\$ 1.147,74
74	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	233972	UNIDADE	60	60	R\$ 124,76	R\$ 7.485,60
75	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	432117	UNIDADE	30	30	R\$ 175,62	R\$ 5.268,60
76	TUBO PVC, SOLDÁVEL DE 25 MM - 6 METROS - AGUA FRIA - (NBR-5648)	261249	UNIDADE	250	250	R\$ 30,87	R\$ 7.717,50
77	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	333574	UNIDADE	40	40	R\$ 52,78	R\$ 2.111,20
78	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 40 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	621672	UNIDADE	26	26	R\$ 90,30	R\$ 2.347,80

79	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	621673	UNIDADE	45	45	R\$ 90,25	R\$ 4.061,25
80	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	255731	UNIDADE	20	20	R\$ 161,43	R\$ 3.228,60
81	UNIÃO PVC, SOLDÁVEL DE 50MM	214187	UNIDADE	30	30	33,96	R\$ 1.018,80
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 83.024,00



Emitido em 17/04/2026

ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 1/2026 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:50)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR

GR (11.01)

Matrícula: ###712#8

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:21)

CHRISTINA CARVALHO DE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###909#4

(Assinado digitalmente em 20/04/2026 15:34)

EDUARDO BERNARDINO DOS SANTOS

COORDENADOR

CI SINFRA (11.97.22)

Matrícula: ###658#6

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:10)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE

RODRIGUES

COORDENADOR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###773#0

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:49)

MANOEL HELENO DE CASTRO

SUPERINTENDENTE

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: ###488#1

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 11:51)

PAULA CRISTINA FRAGA LINS

ADMINISTRADOR

DS SINFRA (11.97.20)

Matrícula: ###074#5

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 14:51)

WANESSA FERNANDA COSTA SILVA

DIRETOR

DM-SINFRA (11.97.12)

Matrícula: ###545#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **17/04/2026** e o código de verificação: **994e31c364**



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO II DO TR – ETP DIGITAL N° 05/2024

(Processo N°: 23076.085915/2024-08)

PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE

Estudo Técnico Preliminar 5/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.085915/2024-08

2. Descrição da necessidade

Estabelecimento de condições necessárias para aquisição de **materiais hidráulicos**, esses serão necessários à execução dos serviços de manutenção desta SINFRA, nos diversos prédios da UFPE Campus Recife. A demanda se faz necessária em caráter de urgência, visto que, boa parte dos materiais solicitados não se encontram disponíveis no estoque do almoxarifado desta SINFRA para que se possa atender às solicitações feitas via SIPAC pelos administradores de Centros e assim executar os serviços de manutenção e conservação predial.

A necessidade foi levantada pela Divisão de Suprimentos da SINFRA com apoio da equipe técnica da DMCiv da SINFRA. A demanda foi estimada de acordo com os relatórios de consumo e de demanda reprimida via SIPAC, módulo almoxarifado desta Superintendência, os quais constataram a falta ou insuficiência em estoque dos materiais a serem adquiridos (em anexo). Além disso, houve adequação de alguns quantitativos pela equipe técnica da DMCiv. Os materiais adquiridos serão aplicados nos diversos Centros deste Campus Recife da UFPE de forma a sanar ou mitigar a demanda pelos serviços de manutenção hidráulica.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	Wanessa Fernanda Costa Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 5.1. Os materiais a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado (anexo I).
- 5.2. O prazo de garantia/ validade deverá ser o mínimo fornecido pelo fabricante /fornecedor.
- 5.3. As unidades ou formas de apresentação dos materiais, bem como os seus respectivos quantitativos, estão detalhadas na planilha de especificação dos produtos.
- 5.4. Faz-se necessário atender as especificações do INMETRO E NBRs.
- 5.5. Os materiais devem obedecer ao que se encontra discriminado abaixo:
 - O material entregue no almoxarifado deverá ser novo de primeiro uso;
 - O material (tubos de pvc) deve ser, preferencialmente, acondicionado em pilhas com, no máximo, 1,8 metros de altura, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

- Os demais devem ser acondicionados em local próprio (estantes de ferro, estrados de madeira, etc) seco e arejado e ao abrigo do sol e de intempéries, de modo a garantir a durabilidade e as características físicas estabelecidas em NBR própria de estocamento bem como recomendações do fabricante;
- Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;
- Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente, ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999).

5. Levantamento de Mercado

Foram verificadas as condições e exigências do mercado fornecedor para a necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial, no que diz respeito a qualidade dos produtos e prazo de entrega. No entanto, por se tratar de produtos comuns, o mercado fornecedor atenderá de forma satisfatória a futura aquisição, tanto na entrega quanto na qualidade dos produtos.

Os equipamentos indicados neste processo licitatório devem atender os requisitos para o suprimento da necessidade descrita no termo de referência. Foram observados os aspectos de viabilidade, mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização assim chegou-se a duas alternativas:

Solução 1: Aquisição de material de consumo através de SRP.

De modo geral, na aquisição de material de consumo de maneira isolada, há o ganho econômico na compra em escala, em que os licitantes ofertam melhores preços ao diminuírem suas margens de lucro, visto que ganharão no quantitativo maior vendido.

Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

Com a utilização do Sistema de Registro de Preço, a Administração tende a economizar nas suas aquisições, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais tendo em vista que o licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, comprometesse a fornecer os materiais pelo preço acordado e no momento em que for solicitado.

Solução 2: Adesão a Ata de Registro de Preços Por intermédio do Decreto nº. 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, estabelece-se a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades.

Já o atendimento dos pedidos dos órgãos meramente usuários fica na dependência de: prévia consulta e anuência do órgão gerenciador; indicação pelo órgão gerenciador do fornecedor ou prestador de serviço; aceitação, pelo fornecedor, da contratação pretendida, condicionada esta à não gerar prejuízo aos compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços; embora a norma seja silente a respeito, deverão ser mantidas as mesmas condições do registro, ressalvadas apenas as renegociações promovidas pelo órgão gerenciador, que se fizerem necessárias.

Além disso, há limite para o quantitativo a se aderir. Conforme inciso I e II do art. 32 do Decreto anterior, cada aderente somente pode contratar 50% do registrado na ata e a soma de todas as adesões não pode ultrapassar o dobro do registrado na ata.

Assim, o quantitativo necessário a suprir as necessidades desta UFPE teria que ser preenchido com várias adesões a diversas atas o que não seria vantajoso a esta autarquia.

Análise e escolha entre as soluções existentes

Tendo em vista todos os argumentos elencados acima e visando à continuidade do abastecimento do Almoxarifado setorial da Superintendência de Infraestrutura da UFPE, no momento, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela Solução 1.

Ressalta-se que as soluções foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável e econômica à Instituição.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de MATERIAIS DE CONSUMO, para atender as necessidades da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A solução visa continuar suprimindo as demandas de consumo interno para os serviços de manutenção predial das unidades acadêmicas e administrativas da UFPE.

A contratação sugerida neste ETP será na modalidade de Pregão Eletrônico, visando à contratação através do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº. 11.462, de 31 de março de 2023.

O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Na contratação o instrumento contratual será substituído por emissão de nota de empenho de despesa, instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133 de 2021.

Considerando as características dos materiais a serem contratados e o sistema pelo qual se dará o processo (SRP), poderá haver parcelamento na execução, tendo em vista que as emissões de empenho se darão conforme disponibilidade recursos orçamentários até que a demanda seja atendida em sua totalidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos referenciados no Anexo I deste ETP foram levantados pela Divisão de Suprimentos da SINFRA junto a Divisão de Manutenção Civil. A demanda foi estimada de acordo com os relatórios de consumo e de demanda reprimida via SIPAC módulo - almoxarifado da SINFRA, no qual se constatou a falta ou insuficiência em estoque dos materiais a serem adquiridos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 83.024,00

8.1. O valor global estimado da contratação é de R\$ 83.024,00, conforme discriminado no Anexo II deste ETP.

8.2. A pesquisa de preços para definir o valor máximo estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 65 de 2021, sendo composta pela Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado contida no Anexo II deste ETP e Relatório da Pesquisa de Preços, contido no Anexo III deste ETP.

8.3. Foram utilizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I a IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65 de 2021. O memorial dessas cotações se mostra nos autos do processo.

8.4. Em atendimento ao Art. 6º da IN nº 65/2021 informamos que se utilizou como metodologia a Média dos valores obtidos na pesquisa de preços (identificados no Anexo II - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado e nos autos do processo - Relatório da Pesquisa de Preços).

8.4.1. Devido às especificidades do material e após longo tempo dispendido em tentativas de obter cotação nos sistemas oficiais do governo, em mídia especializada e em pesquisa direta com fornecedores através de e-mail's (anexados nos autos do processo), para os itens 46 e 48, não foi possível obter um conjunto de três valores, sendo cotado apenas dois preços para os referidos materiais. Supõe-se que tal dificuldade na pesquisa ocorra, especialmente, pelo fato de se tratar de itens específicos e não vender em lojas comuns.

8.5. Os recursos serão vinculados às Naturezas de Despesas:

44.90.52 Equipamentos e Material Permanente; e

33.90.30 Material de consumo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se faz necessário o condicionamento da aquisição de um produto a outro, excluindo-se a obrigatoriedade dos materiais serem licitados em um único lote. Desta forma, a licitação deverá ocorrer através da opção por itens.

O objeto da contratação possui elementos técnicos e econômicos que condizem com o seu parcelamento, sendo a licitação do tipo menor preço por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Tendo em vista que hoje a UFPE extinguiu os cargos técnicos referentes à manutenção predial (ex: encanador), há o contrato nº 37/2021 para prestação desses serviços firmado entre a instituição e a empresa CBL e que está diretamente vinculada a utilização dos materiais adquiridos pela UFPE. Eles são fundamentais para a execução das atividades de reparo /manutenção preventiva

/corretiva de todo o Campus. Sem a disponibilidade dos itens no almoxarifado as referidas atividades tornam-se praticamente

inviáveis.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto referenciado neste estudo está plenamente alinhado ao Mapa Estratégico do Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI) na vigência 2013-2027, especificamente quanto ao seu décimo quinto objetivo estratégico: “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade” na folha 27 do referido PEI.

A contratação também está alinhada com o Planejamento anual de compras (PAC)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os materiais adquiridos serão aplicados nos diversos Centros deste Campus Recife da UFPE de forma a sanar ou mitigar a demanda pelos serviços de manutenção hidráulica.

Visa desenvolver ações que obtenha a consolidação e ampliação do sistema de segurança da UFPE e o avanço na ampla requalificação predial, mantendo e construindo espaços agradáveis para se trabalhar, estudar, conviver e visitar.

13. Providências a serem Adotadas

A aquisição dos materiais se dará através de Nota de Empenho e requisição de materiais, expedida exclusivamente pela Superintendência de Infraestrutura da UFPE (SINFRA), em acordo às necessidades da Administração pública, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre a UFPE e a(s) empresa(s) vencedora (s) do processo licitatório.

O instrumento de contrato será substituído por nota de empenho vinculada à Ata de Registro de Preços (ARP).

A gestão da Ata de Registro de Preços e dos empenhos será feita pela Gerência de Suprimentos, a qual é responsável pelo controle dos saldos e validade das Atas e empenhos, do cumprimento dos prazos de entrega, dimensionamento do quantitativo e espaço físico para acondicionamento dos materiais solicitados e controle do estoque dos itens.

As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de dias corridos 30 (trinta) a contar do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente por parte do fornecedor.

O material deverá ser entregue no almoxarifado da SINFRA, no campus I/Recife da UFPE, em conformidade com os prazos estabelecidos na legislação vigente, para o recebimento provisório e definitivo bem como os definidos neste roteiro e Termo de

Referência associados.

Não serão necessárias adequações dos ambientes, tampouco capacitação de servidores, dado que para a implantação da solução, a estrutura física e de pessoal da UFPE conta com capacidade para implantação imediata.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Na aquisição destes materiais verifica-se a possibilidade da ocorrência de danos ao meio ambiente, para atender os critérios de sustentabilidade a contratação deve seguir as orientações da legislação e normas ambientais incidentes, isto é: GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS e a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/10.

De acordo com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01, de 19.01.2010, os materiais, ora licitados, devem atender a alguns critérios de sustentabilidade ambiental, tais como:

- a) os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
- b) devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de apoio é favorável à contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WANESSA FERNANDA COSTA SILVA

Diretora de Manutenção

PAULA CRISTINA FRAGA LINS

Equipe de apoio

CHRISTINA CARVALHO DE BRITO

Equipe de apoio

EDUARDO BERNARDINO DOS SANTOS

Equipe de apoio

ADRIANE MOREIRA SANTOS DE CARVALHO

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Relação dos Itens..pdf (41.46 KB)
- Anexo II - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado.xlsx - Planilha1.pdf (56.34 KB)

ANEXO I - Relação dos Itens				
Item	Especificação	Unidade	Quantidade Prefeitura UFPE	Quantidade Total
1	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 32 X 1"	UNIDADE	54	54
2	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 50 X 1.1/2"	UNIDADE	57	57
3	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 85 X 3",	UNIDADE	15	15
4	ADAPTADOR PVC SOLD. LONGO C/ FLANGE DE 110 X 4"	UNIDADE	3	3
5	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2", PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	10	10
6	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'ÁGUA	UNIDADE	10	10
7	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	153	153
8	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	137	137
9	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	39	39
10	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	155	155
11	ANEL PARA VEDAÇÃO DE VASO SANITÁRIO, SEM GUIA, COMPOSIÇÃO: MASSA PRÉ-FORMADA ADESIVA, NÃO SECATIVA A BASE DE BORRACHA SINTÉTICA, ÓLEOS E CARGAS MINERAIS	UNIDADE	108	108
12	BUCHA DE REDUÇÃO PVC ROSCAVEL 1 1/2" X 1"	UNIDADE	10	10
13	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1 1/2"	UNIDADE	10	10
14	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL LONGA DE 60X50 MM	UNIDADE	10	10
15	BUCHA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 1 X 3/4"	UNIDADE	10	10
16	BUCHA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 3/4 X 1/2	UNIDADE	15	15
17	BUCHA INSTALAÇÃO PREDIAL ÁGUA FRIA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA DIÂMETRO NOMINAL 32 X 25, TIPO REDUÇÃO CURTA, TIPO EXTREMIDADES BOLSA SOLDÁVEL	UNIDADE	72	72
18	BUCHA PVC SOLD. CURTA DE 75 X 60MM	UNIDADE	10	10
19	TUBO EM AÇO CARBONO, GALVANIZADO A FOGO, 6 METROS, ROSCA TIPO BSP, BITOLA 1", QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5580	UNIDADE	10	10
20	TUBULAÇÃO HIDRÁULICA, DIÂMETRO NOMINAL DE 2", MATERIAL AÇO GALVANIZADO - 6 METROS	UNIDADE	5	5

21	CAP PVC ESGOTO DE 100MM	UNIDADE	10	10
22	CAP PVC ROSCAVEL DE 1"	UNIDADE	10	10
23	CAP PVC SOLD. DE 25MM	UNIDADE	30	30
24	CAP PVC, ROSCAVEL, 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNIDADE	30	30
25	CURVA FÊMEA GALV. 90° DE 1.1/2	UNIDADE	10	10
26	CURVA PVC ESGOTO CURTA, 90 GRAUS, BITOLA 40MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	10	10
27	CURVA PVC SOLD. 90º DE 25MM	UNIDADE	150	150
28	CURVA PVC SOLD. 90º DE 32MM	UNIDADE	30	30
29	CURVA PVC SOLD. 90º DE 50MM	UNIDADE	20	20
30	JOELHO PVC 45, SOLDÁVEL DE 50MM	UNIDADE	15	15
31	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 32 MM	UNIDADE	30	30
32	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 50MM	UNIDADE	30	30
33	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 60MM	UNIDADE	30	30
34	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	70	70
35	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	100	100
36	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	50	50
37	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	30	30
38	JOELHO 90 - CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, BITOLA 40. QUE ATENDA ÀS	UNIDADE	105	105
39	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	100	100
40	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	20	20
41	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	100	100

42	JOELHO 45", PVC, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, BITOLA 25MM	UNIDADE	100	100
43	JOELHO SOLD. 90° DE 25 X 1/2" AZUL COM BUCHA DE LATÃO.	UNIDADE	100	100
44	JOELHO SOLD. 90° DE 40MM PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	20	20
45	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 110MM	UNIDADE	10	10
46	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 200MM	UNIDADE	2	2
47	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 85MM	UNIDADE	5	5
48	LUVA DE REDUÇÃO 200 MM X 110MM MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA	UNIDADE	3	3
49	LUVA PVC DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL DE 60MM	UNIDADE	10	10
50	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	50	50
51	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES DE 150MM	UNIDADE	78	78
52	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	81	81
53	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES DE 75MM - NRB 5688	UNIDADE	30	30
54	LUVA PVC ROSCAVEL DE 1.1/2"	UNIDADE	10	10
55	LUVA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 1 X 3/4"	UNIDADE	10	10
56	LUVA PVC DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL DE 25MM	UNIDADE	120	120
57	LUVA DE CORRER, PVC SOLDÁVEL, 50MM	UNIDADE	20	20
58	LUVA PVC SOLD. DE 40MM	UNIDADE	20	20
59	LUVA PVC SOLD. DE 50MM	UNIDADE	80	80
60	LUVA PVC SOLD. DE 60MM	UNIDADE	10	10
61	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLD. REDUÇÃO DE 25 X 1/2"	UNIDADE	20	20
62	LUVA PVC, SOLDÁVEL E COM BUCHA DE LATÃO 25 X 1/2	UNIDADE	30	30

63	LUVA PVC, SOLDÁVEL E COM BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4	UNIDADE	35	35
64	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO. DIÂMETRO 2"	UNIDADE	5	5
65	NIPLE PARA TUBOS CANOS - ROSCÁVEL, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, DIÂMETRO 1", COMPRIMENTO TOTAL 53, DIÂMETRO ANEL 9, PESO 28, NORMAS TÉCNICAS NBR 5.648	UNIDADE	15	15
66	NIPLE, CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FIXAÇÃO ROSCÁVEL, APLICAÇÃO INSTALAÇÕES PREDIAIS ÁGUA FRIA, BITOLA 1/2. QUE ATENDA	UNIDADE	10	10
67	NIPLE PVC ROSCAVEL DE 3/4	UNIDADE	10	10
68	TE PVC SOLD. DE 32 X 25MM	UNIDADE	10	10
69	TUBO PLÁSTICO, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA, CLASSE 15. DIÂMETRO 110MM VARA DE 6 METROS.	UNIDADE	10	10
70	TUBO PLÁSTICO, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA, CLASSE 15. DIÂMETRO 85MM VARA DE 6 METROS, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	10	10
71	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 40MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	21	21
72	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688"	UNIDADE	25	25
73	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	11	11
74	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	60	60
75	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	30	30
76	TUBO PVC, SOLDÁVEL DE 25 MM - 6 METROS - AGUA FRIA - (NBR-5648)	UNIDADE	250	250
77	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	40	40
78	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 40 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	26	26
79	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	45	45
80	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	20	20
81	UNIÃO PVC, SOLDÁVEL DE 50MM	UNIDADE	30	30

ANEXO II - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado															
Item	Especificação	Unidade	Quantidade Prefeitura UFPE (UASG: 153095)	Quantidade Total	CATMAT	Preço unitário 1 Painei (R\$)	Preço unitário 2 Painei (R\$)	Preço unitário 3 Painei (R\$)	Preço unitário 4 - SITE 1 (R\$)	Preço unitário 5 - SITE 2 (R\$)	Preço unitário 6 - SITE 3 (R\$)	Preço unitário 7 - FORNECEDOR 1 (R\$)	Preço unitário 8 - FORNECEDOR 2 (R\$)	Valor máximo aceitável Unitário (R\$)	Valor Total máximo aceitável(R\$)
1	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 32 X 1"	UNIDADE	54	54	333256	R\$ 3,21	R\$ 1,30	R\$ 2,99	R\$ 2,30					R\$ 2,45	R\$ 132,30
2	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 50 X 1.1/2"	UNIDADE	57	57	333257	R\$ 4,22	R\$ 3,61	R\$ 4,36	R\$ 5,80					R\$ 4,50	R\$ 256,50
3	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO DE 85 X 3",	UNIDADE	15	15	236806	R\$ 19,99	R\$ 31,80		R\$ 44,52	21,65				R\$ 29,49	R\$ 442,35
4	ADAPTADOR PVC SOLD. LONGO C/ FLANGE DE 110 X 4"	UNIDADE	3	3	281453				R\$ 516,91	R\$ 366,02	R\$ 607,05			R\$ 496,66	R\$ 1.489,98
5	ADAPTADOR PVC SOLDAREL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2", PARA AGUA FRIA	UNIDADE	10	10	264086	R\$ 14,90	R\$ 10,90		R\$ 12,46	R\$ 18,50				R\$ 14,19	R\$ 141,90
6	ADAPTADOR PVC SOLDAREL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UNIDADE	10	10	373919				R\$ 26,63	R\$ 36,90	R\$ 28,90			R\$ 30,81	R\$ 308,10
7	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	153	153	216495				R\$ 7,90	R\$ 12,99	R\$ 20,90			R\$ 13,93	R\$ 2.131,29
8	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	137	137	216492	R\$ 0,69	R\$ 1,01		R\$ 2,90	R\$ 2,20				R\$ 1,70	R\$ 232,90
9	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	39	39	216493	R\$ 0,90	R\$ 0,69	R\$ 1,28	R\$ 2,90					R\$ 1,44	R\$ 56,16
10	ANEL DE BORRACHA, TIPO ESGOTO, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	155	155	216494	R\$ 1,45			R\$ 3,90	R\$ 4,60				R\$ 3,32	R\$ 514,60
11	ANEL PARA VEDAÇÃO DE VASO SANITÁRIO, SEM GUIA, COMPOSIÇÃO: MASSA PRÉ-FORMADA ADESIVA, NÃO SECATIVA A BASE DE BORRACHA SINTÉTICA, ÓLEOS E CARGAS MINERAIS	UNIDADE	108	108	367406	R\$ 8,07	R\$ 9,33	R\$ 9,36	R\$ 10,39					R\$ 9,29	R\$ 1.003,32
12	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL 1 1/2" X 1"	UNIDADE	10	10	243782				R\$ 11,90	R\$ 12,00	R\$ 8,99			R\$ 10,96	R\$ 109,60

13	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1 1/2"	UNIDADE	10	10	242326				R\$ 25,88	R\$ 26,99	R\$ 31,90			R\$ 28,26	R\$ 282,60
14	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL LONGA DE 60X50 MM	UNIDADE	10	10	389654				R\$ 21,76	R\$ 20,90	R\$ 17,63			R\$ 20,10	R\$ 201,00
15	BUCHA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 1 X 3/4"	UNIDADE	10	10	297974				R\$ 5,80	R\$ 5,79	R\$ 5,89			R\$ 5,83	R\$ 58,30
16	BUCHA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 3/4 X 1/2	UNIDADE	15	15	301938	R\$ 1,60	R\$ 1,10	R\$ 1,00	R\$ 1,50	R\$ 2,50				R\$ 1,54	R\$ 23,10
17	BUCHA INSTALAÇÃO PREDIAL ÁGUA FRIA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA DIÂMETRO NOMINAL 32 X 25, TIPO REDUÇÃO CURTA, TIPO EXTREMIDADES BOLSA SOLDÁVEL	UNIDADE	72	72	398687	R\$ 0,86	R\$ 1,24		R\$ 1,36	R\$ 1,70				R\$ 1,29	R\$ 92,88
18	BUCHA PVC SOLD. CURTA DE 75 X 60MM	UNIDADE	10	10	244920				R\$ 23,89	R\$ 22,90	R\$ 32,00			R\$ 26,26	R\$ 262,60
19	TUBO EM AÇO CARBONO, GALVANIZADO A FOGO, 6 METROS, ROSCA TIPO BSP, BITOLA 1", QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5580	UNIDADE	10	10	241980	R\$ 218,99	R\$ 201,45		R\$ 232,91					R\$ 217,78	R\$ 2.177,80
20	TUBULAÇÃO HIDRÁULICA, DIÂMETRO NOMINAL DE 2", MATERIAL AÇO GALVANIZADO - 6 METROS	UNIDADE	5	5	265514	R\$ 389,00	R\$ 544,00	R\$ 334,90	R\$ 406,89					R\$ 418,70	R\$ 2.093,50
21	CAP PVC ESGOTO DE 100MM	UNIDADE	10	10	253386				R\$ 7,50	R\$ 6,79	R\$ 8,00			R\$ 7,43	R\$ 74,30
22	CAP PVC ROSCAVEL DE 1"	UNIDADE	10	10	483198				R\$ 7,90	R\$ 10,30	R\$ 8,46			R\$ 8,89	R\$ 88,90
23	CAP PVC SOLD. DE 25MM	UNIDADE	30	30	614903				R\$ 2,09	R\$ 1,40	R\$ 0,99			R\$ 1,49	R\$ 44,70
24	CAP PVC, ROSCAVEL, 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNIDADE	30	30	295940				R\$ 3,10	R\$ 2,25	R\$ 3,20			R\$ 2,85	R\$ 85,50
25	CURVA FÊMEA GALV. 90° DE 1.1/2	UNIDADE	10	10	365947				R\$ 56,96	R\$ 60,82	R\$ 68,90			R\$ 62,23	R\$ 622,30
26	CURVA PVC ESGOTO CURTA, 90 GRAUS, BITOLA 40MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	10	10	236993	R\$ 3,50	R\$ 2,97	R\$ 4,45	R\$ 5,90					R\$ 4,21	R\$ 42,10

27	CURVA PVC SOLD. 90º DE 25MM	UNIDADE	150	150	374260	R\$ 2,80	R\$ 3,00	3,98	R\$ 3,60					R\$ 3,35	R\$ 502,50
28	CURVA PVC SOLD. 90º DE 32MM	UNIDADE	30	30	374268	R\$ 6,23	R\$ 5,24	R\$ 5,65	R\$ 7,00					R\$ 6,03	R\$ 180,90
29	CURVA PVC SOLD. 90º DE 50MM	UNIDADE	20	20	483211	R\$ 12,00	R\$ 11,11	R\$ 11,79	R\$ 16,90					R\$ 12,95	R\$ 259,00
30	JOELHO PVC 45, SOLDÁVEL DE 50MM	UNIDADE	15	15	452726	R\$ 4,20	R\$ 6,00		R\$ 7,49	R\$ 6,19				R\$ 5,97	R\$ 89,55
31	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 32 MM	UNIDADE	30	30	240421	R\$ 2,75	R\$ 2,69	R\$ 2,04	R\$ 2,60					R\$ 2,52	R\$ 75,60
32	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 50MM	UNIDADE	30	30	240420	R\$ 4,49	R\$ 4,00	R\$ 3,64	R\$ 5,60					R\$ 4,43	R\$ 132,90
33	JOELHO PVC 90, SOLDÁVEL DE 60MM	UNIDADE	30	30	236681	R\$ 17,80	R\$ 15,76	R\$ 23,30	R\$ 23,90					R\$ 20,19	R\$ 605,70
34	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	70	70	351452	R\$ 6,28	R\$ 6,80	R\$ 5,70	R\$ 7,40					R\$ 6,55	R\$ 458,50
35	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	100	100	351450				R\$ 48,90	R\$ 55,90	R\$ 61,29			R\$ 55,36	R\$ 5.536,00
36	JOELHO PVC ESGOTO, 45 GRAUS, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	50	50	236706	R\$ 4,20	R\$ 3,41	R\$ 6,29	R\$ 3,90					R\$ 4,45	R\$ 222,50
37	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	30	30	351458				R\$ 57,99	R\$ 54,14	R\$ 49,90			R\$ 54,01	R\$ 1.620,30
38	JOELHO 90 - CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, BITOLA 40. QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	105	105	258345	R\$ 2,40	3,98		R\$ 2,00					R\$ 2,79	R\$ 292,95
39	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	100	100	351461	R\$ 3,09	R\$ 3,59		R\$ 3,99					R\$ 3,56	R\$ 356,00
40	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	20	20	351462	R\$ 9,23	R\$ 4,23	R\$ 4,33	R\$ 5,90					R\$ 5,92	R\$ 118,40

41	JOELHO PVC ESGOTO, 90 GRAUS, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	100	100	351457	R\$ 6,38	R\$ 5,92		R\$ 6,50					R\$ 6,27	R\$ 627,00
42	JOELHO 45", PVC, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, BITOLA 25MM	UNIDADE	100	100	236709	R\$ 1,31	R\$ 1,50	R\$ 1,79	R\$ 1,79					R\$ 1,60	R\$ 160,00
43	JOELHO SOLD. 90° DE 25 X 1/2" AZUL COM BUCHA DE LATÃO.	UNIDADE	100	100	407292				R\$ 7,99	R\$ 6,22	R\$ 6,94			R\$ 7,05	R\$ 705,00
44	JOELHO SOLD. 90° DE 40MM PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	20	20	398760	R\$ 5,20	R\$ 5,33		R\$ 5,99	R\$ 7,90				R\$ 6,11	R\$ 122,20
45	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 110MM	UNIDADE	10	10	302809	R\$ 34,95			R\$ 39,67	R\$ 76,78				R\$ 50,47	R\$ 504,70
46	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 200MM	UNIDADE	2	2	302846							R\$ 450,00	R\$ 800,00	R\$ 625,00	R\$ 1.250,00
47	LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA. DIÂMETRO 85MM	UNIDADE	5	5	302806	R\$ 20,25	R\$ 23,60	R\$ 34,25	R\$ 21,24					R\$ 24,84	R\$ 124,20
48	LUVA DE REDUÇÃO 200 MM X 110MM MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA	UNIDADE	3	3	485504							R\$ 330,00	R\$ 800,00	R\$ 565,00	R\$ 1.695,00
49	LUVA PVC DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL DE 60MM	UNIDADE	10	10	265037	R\$ 40,82			R\$ 51,90	R\$ 45,90				R\$ 46,21	R\$ 462,10
50	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	50	50	318685	R\$ 7,27	R\$ 6,63		R\$ 6,99					R\$ 6,96	R\$ 348,00
51	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES DE 150MM	UNIDADE	78	78	346193				R\$ 27,90	R\$ 28,15	R\$ 34,30			R\$ 30,12	R\$ 2.349,36
52	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	81	81	462550	R\$ 2,88	R\$ 2,50	R\$ 3,59	R\$ 2,40					R\$ 2,84	R\$ 230,04
53	LUVA PVC ESGOTO SIMPLES DE 75MM - NRB 5688	UNIDADE	30	30	270496	R\$ 6,90	R\$ 5,71	R\$ 4,37	R\$ 4,90					R\$ 5,47	R\$ 164,10
54	LUVA PVC ROSCAVEL DE 1.1/2"	UNIDADE	10	10	486064				R\$ 17,99	R\$ 18,90	R\$ 20,30			R\$ 19,06	R\$ 190,60

55	LUVA PVC ROSCAVEL REDUÇÃO DE 1 X 3/4"	UNIDADE	10	10	260869				R\$ 8,46	R\$ 10,99	R\$ 9,60			R\$ 9,68	R\$ 96,80
56	LUVA PVC DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL DE 25MM	UNIDADE	120	120	407295	R\$ 12,90	R\$ 15,19	R\$ 14,23	R\$ 15,90					R\$ 14,56	R\$ 1.747,20
57	LUVA DE CORRER, PVC SOLDÁVEL, 50MM	UNIDADE	20	20	302632				R\$ 35,90	R\$ 36,90	R\$ 31,00			R\$ 34,60	R\$ 692,00
58	LUVA PVC SOLD. DE 40MM	UNIDADE	20	20	293931				R\$ 6,70	R\$ 5,99	R\$ 5,30			R\$ 6,00	R\$ 120,00
59	LUVA PVC SOLD. DE 50MM	UNIDADE	80	80	265031				R\$ 4,90	R\$ 5,49	R\$ 7,00			R\$ 5,80	R\$ 464,00
60	LUVA PVC SOLD. DE 60MM	UNIDADE	10	10	265032	R\$ 13,96	R\$ 11,80		R\$ 15,89	R\$ 22,90				R\$ 16,14	R\$ 161,40
61	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLD. REDUÇÃO DE 25 X 1/2"	UNIDADE	20	20	242470	R\$ 3,37	R\$ 3,61	R\$ 4,25	R\$ 2,76					R\$ 3,50	R\$ 70,00
62	LUVA PVC, SOLDÁVEL E COM BUCHA DE LATÃO 25 X 1/2	UNIDADE	30	30	336923	R\$ 8,80	R\$ 4,10	R\$ 4,17	R\$ 5,49					R\$ 5,64	R\$ 169,20
63	LUVA PVC, SOLDÁVEL E COM BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4	UNIDADE	35	35	358240	R\$ 14,37	R\$ 7,92		R\$ 9,99	R\$ 7,30				R\$ 9,90	R\$ 346,50
64	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO. DIÂMETRO 2"	UNIDADE	5	5	353227	R\$ 48,74			R\$ 58,15	R\$ 62,21				R\$ 56,37	R\$ 281,85
65	NIPLE PARA TUBOS CANOS - ROSCÁVEL, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, DIÂMETRO 1", COMPRIMENTO TOTAL 53, DIÂMETRO ANEL 9, PESO 28, NORMAS TÉCNICAS NBR 5.648	UNIDADE	15	15	214170				R\$ 7,00	R\$ 7,99	R\$ 7,90			R\$ 7,63	R\$ 114,45
66	NIPLE, CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FIXAÇÃO ROSCÁVEL, APLICAÇÃO INSTALAÇÕES PREDIAIS ÁGUA FRIA, BITOLA 1/2. QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	10	10	420009	R\$ 1,79	R\$ 3,35	R\$ 1,26	R\$ 1,59					R\$ 2,00	R\$ 20,00
67	NIPLE PVC ROSCAVEL DE 3/4	UNIDADE	10	10	214169	R\$ 3,31	R\$ 3,35	R\$ 4,92	R\$ 2,90					R\$ 3,62	R\$ 36,20
68	TE PVC SOLD. DE 32 X 25MM	UNIDADE	10	10	453306	R\$ 6,93	R\$ 4,82	R\$ 5,05	R\$ 5,64					R\$ 5,61	R\$ 56,10

69	TUBO PLÁSTICO, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA, CLASSE 15. DIÂMETRO 110MM VARA DE 6 METROS.	UNIDADE	10	10	245215				R\$ 834,39	R\$ 429,56	R\$ 448,76			R\$ 570,90	R\$ 5.709,00
70	TUBO PLÁSTICO, MATERIAL PVC RÍGIDO, LINHA PBA, CLASSE 15. DIÂMETRO 85MM VARA DE 6 METROS, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	10	10	242719				R\$ 496,97	R\$ 260,37	R\$ 422,89			R\$ 393,41	R\$ 3.934,10
71	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 40MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	21	21	233970	R\$ 42,00	R\$ 32,00		R\$ 44,90	R\$ 49,42				R\$ 42,08	R\$ 883,68
72	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 50MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688"	UNIDADE	25	25	233971	R\$ 56,48	R\$ 51,87	R\$ 52,99	R\$ 59,90					R\$ 55,31	R\$ 1.382,75
73	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 75MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	11	11	621670				R\$ 125,90	R\$ 92,21	R\$ 94,90			R\$ 104,34	R\$ 1.147,74
74	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 100MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	60	60	233972	R\$ 149,08			R\$ 96,19	R\$ 129,01				R\$ 124,76	R\$ 7.485,60
75	TUBO PVC ESGOTO DE 6M, BITOLA 150MM, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 5688	UNIDADE	30	30	432117	R\$ 175,93	R\$ 162,00	R\$ 151,15	R\$ 213,40					R\$ 175,62	R\$ 5.268,60
76	TUBO PVC, SOLDÁVEL DE 25 MM - 6 METROS - AGUA FRIA - (NBR-5648)	UNIDADE	250	250	261249				R\$ 31,90	R\$ 28,80	R\$ 31,90			R\$ 30,87	R\$ 7.717,50
77	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	40	40	333574	R\$ 57,90	R\$ 40,30		R\$ 54,90	R\$ 58,03				R\$ 52,78	R\$ 2.111,20
78	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 40 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	26	26	621672				R\$ 92,90	R\$ 84,50	R\$ 93,50			R\$ 90,30	R\$ 2.347,80
79	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	45	45	621673				R\$ 81,90	R\$ 92,15	R\$ 96,70			R\$ 90,25	R\$ 4.061,25
80	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 MM - 6 METROS - AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	20	20	255731				R\$ 166,16	R\$ 153,99	R\$ 164,14			R\$ 161,43	R\$ 3.228,60
81	UNIÃO PVC, SOLDÁVEL DE 50MM	UNIDADE	30	30	214187				R\$ 28,90	R\$ 38,00	R\$ 34,99			R\$ 33,96	R\$ 1.018,80
VALOR TOTAL ESTIMADO															R\$ 83.024,00



Emitido em 17/04/2026

ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 2/2026 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:50)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR

GR (11.01)

Matrícula: ###712#8

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:21)

CHRISTINA CARVALHO DE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###909#4

(Assinado digitalmente em 20/04/2026 15:34)

EDUARDO BERNARDINO DOS SANTOS

COORDENADOR

CI SINFRA (11.97.22)

Matrícula: ###658#6

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:10)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE

RODRIGUES

COORDENADOR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###773#0

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:49)

MANOEL HELENO DE CASTRO

SUPERINTENDENTE

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: ###488#1

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 11:51)

PAULA CRISTINA FRAGA LINS

ADMINISTRADOR

DS SINFRA (11.97.20)

Matrícula: ###074#5

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 14:51)

WANESSA FERNANDA COSTA SILVA

DIRETOR

DM-SINFRA (11.97.12)

Matrícula: ###545#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2026**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **17/04/2026** e o código de verificação: **e01ada311f**

ANEXO III do TR - MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

1) OBJETO: REGISTRAR PREÇOS, através de PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição eventual de materiais hidráulicos necessários aos serviços de manutenção nos diversos prédios da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Campus Recife, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital.

Item	Especificação do Produto	Marca/Fabricante/Modelo /Linha	Unidade	Qtd	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso): **R\$** (.....).

3) VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

4) DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: **1)** o valor do produto; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** fretes; **4)** seguros; **5)** os encargos sociais e trabalhistas incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;

5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

7) DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:

(Local), de de 2025.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome e assinatura)



Emitido em 17/04/2026

ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 3/2026 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:50)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR

GR (11.01)

Matrícula: ###712#8

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:21)

CHRISTINA CARVALHO DE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###909#4

(Assinado digitalmente em 20/04/2026 15:34)

EDUARDO BERNARDINO DOS SANTOS

COORDENADOR

CI SINFRA (11.97.22)

Matrícula: ###658#6

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:10)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE

RODRIGUES

COORDENADOR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###773#0

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:49)

MANOEL HELENO DE CASTRO

SUPERINTENDENTE

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: ###488#1

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 11:51)

PAULA CRISTINA FRAGA LINS

ADMINISTRADOR

DS SINFRA (11.97.20)

Matrícula: ###074#5

(Assinado digitalmente em 22/04/2026 14:51)

WANESSA FERNANDA COSTA SILVA

DIRETOR

DM-SINFRA (11.97.12)

Matrícula: ###545#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2026**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **17/04/2026** e o código de verificação: **3c118ea829**